

2119

TEXTO PARA DISCUSSÃO

COLÔNIAS DE POVOAMENTO *VERSUS* COLÔNIAS DE EXPLORAÇÃO: DE HEEREN A ACEMOGLU

Leonardo Monasterio
Philipp Ehrl



COLÔNIAS DE POVOAMENTO *VERSUS* COLÔNIAS DE EXPLORAÇÃO: DE HEEREN A ACEMOGLU¹

Leonardo Monasterio²
Philipp Ehrl³

1. Somos gratos a Pedro Herculano Souza, Cláudio Shikida, Pedro Funari e Valdir Melo pelos úteis comentários e pelas correções. Todos os erros são nossos.

2. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

3. Professor visitante da Universidade Católica de Brasília (UCB) e bolsista de pós-doutorado no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/Capes).

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Roberto Mangabeira Unger

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Alexandre dos Santos Cunha

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Roberto Dutra Torres Junior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Marco Aurélio Costa

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

André Bojikian Calixtre

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Brand Arenari

Chefe de Gabinete

José Eduardo Elias Romão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2015

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: B00; N01.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 OS PRECURSORES.....	8
3 TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO: NORTH E BALDWIN	18
4 NEOINSTITUCIONALISTAS	20
5 UMA VISÃO GERAL	25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	30

SINOPSE

Este trabalho examina a evolução da tese que sustenta que o tipo de colonização determina, ou condiciona, o futuro das sociedades. Smith (1776) já apresentava esta proposição e uma tipologia das colônias. Contudo, foram os autores alemães Heeren (1817) e Roscher (1856), no século XIX, os responsáveis pelo desenvolvimento da tese. Estes historiadores influenciaram o economista ortodoxo francês Leroy-Beaulieu (1902), que tratou do assunto em obra publicada em 1902. Fica claro que Caio Prado Júnior foi mais um divulgador da tese *colônia de povoamento* versus *colônia de exploração* no Brasil do que seu criador. Nos Estados Unidos, a ideia ressurge nas obras de North (1955; 1959) e de Baldwin (1956). Mais recentemente, os cliometristas Engerman e Sokoloff (1997) aprofundaram a questão, sem fazer referência aos autores europeus. Finalmente, Acemoglu, Johnson e Robinson (2001; 2002) – citando apenas a literatura neoinstitucional – levaram a tese para um público acadêmico mais amplo e apresentaram evidências econométricas. Este estudo se encerra com a discussão sobre as possíveis razões do sucesso da tese e da sua recorrente “descoberta” pelos pesquisadores.

Palavras-chave: colonização; colônia de povoamento; colônia de exploração.

ABSTRACT

The paper examines the evolution of the thesis which states that the type of colonization determines, or conditions, the future of societies. Adam Smith already presented this proposition and a typology of colonies. However, it were the German authors Heeren and Roscher, in the 19th century, who developed the thesis. These historians influenced the French orthodox economist Leroy-Beaulieu, who dealt with the issue in a work published in 1902. Clearly, Caio Prado Jr. was another promoter of the dichotomy “settlement colony versus extractive/exploitation colony” in Brazil rather than its creator. In the United States, the idea resurfaces in the works of Douglass North (1955 and 1959) and Richard Baldwin (1957). More recently, cliometricians as Engerman and Sokoloff (1997) developed the proposition without reference to the European authors. Finally, Acemoglu, Johnson and Robinson (2001 and 2002) introduced the thesis to a wider academic audience and offered econometric evidence. The present paper concludes with a discussion on the possible reasons for the success of the thesis and its recurring “discovery” by researchers.

Keywords: immigration; settlements; extractive colonies.

1 INTRODUÇÃO

Aos 12 anos de idade, no sétimo ano do ensino fundamental, o estudante brasileiro típico é apresentado aos conceitos de colônia de povoamento e de exploração (Neto, 2012). Ele aprende que as primeiras se transformaram em países desenvolvidos, enquanto as demais, em subdesenvolvidos. Se este mesmo estudante ler dois artigos publicados por Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson (2001; 2002), dos mais citados autores da área de economia nos anos 2000, ele talvez se surpreenderá ao reencontrar, essencialmente, as mesmas proposições lá repetidas.

O objetivo deste trabalho é apresentar a evolução dessa tese. Villela (2013) foi – até onde se tem ciência – o primeiro a registrar a semelhança entre os conceitos em questão e as contribuições de Acemoglu, Johnson e Robinson.¹ O autor, contudo, remete a origem da dicotomia a Caio Prado Júnior e não busca as influências do historiador brasileiro. Como se verá mais adiante, a obra de Arnold Herrmann Ludwing Heeren (1817) foi a origem da tipologia que chegou aos livros escolares brasileiros.

Devido à abrangência do tema, o escopo deste trabalho tem de ser modesto. Os autores aqui apresentados foram muito influentes em suas próprias linhas teóricas. Logo, seria inviável examinar os estudos de seus seguidores ou os trabalhos empíricos.² Neste sentido, ficaram de fora, por exemplo, estudiosos nacionais – como Furtado (1959) ou Novais (1986) –, que foram influenciados diretamente pela tipologia que Caio Prado Júnior reproduziu. Igualmente para manter o foco, serão ignoradas as contribuições dos teóricos do imperialismo (Hobson, 1902) e da dependência (Cardoso e Faletto, 1979) e de Wallerstein (2011).

Nosso estudo enfatiza dois pontos: *i*) a tese de que o tipo de colonização condiciona o futuro das sociedades foi formulada de forma independente mais de uma vez nos últimos séculos; e *ii*) o sucesso da tese está relacionado com sua flexibilidade. Há linha condutora europeia clara formada por Heeren (1817), Roscher (1856) e Leroy-Beaulieu (1902). Em meados do século XX, a tese reaparece nas obras de North (1955) e Baldwin (1956). Já na virada do milênio, Engerman e Sokoloff (1997) desenvolvem a proposição

1. Fernandes (2012) reinterpreta as análises de Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e Celso Furtado, a partir de Acemoglu, Johnson e Robinson (2002). Contudo, Caio Prado Júnior só é referido brevemente.

2. A literatura empírica que testa Acemoglu, Johnson e Robinson (2001; 2002) é imensa. Apenas para o caso brasileiro, pode-se citar Naritomi, Soares e Assunção (2012), Funari (2013), Carvalho Filho e Monasterio (2012), Menezes-Filho *et al.* (2006) e Rocha, Ferraz e Soares (2010).

e, por fim, Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) a testam econometricamente. A prova da flexibilidade da tese é o próprio espectro ideológico e metodológico dos autores que a utilizaram. Esta foi aceita pelos membros da Escola Histórica Alemã pelo ortodoxo – para sua época – Leroy-Beaulieu, por cliometristas como North e Engerman e Sokoloff, para chegar a Acemoglu, Johnson e Robinson. Conforme será visto adiante, a tese tanto pode servir à explicação do subdesenvolvimento como resultado da espoliação internacional, como também aos que atribuem o atraso econômico à falta de instituições pró-mercado.

2 OS PRECURSORES

2.1 Smith

Como costuma acontecer, é na obra de Adam Smith onde se encontra a origem de ideias relevantes para a economia. No capítulo *On Colonies (As Colônias)*, de *A riqueza das nações*, Smith (1776) investiga a história da colonização e de sua função econômica e até acena com tipologia preliminar baseada na História Antiga.

Smith escreveu o capítulo durante a Revolução Americana (1765-1783), e, portanto, sua preocupação volta-se para examinar o papel destas e as consequências econômicas dos “*present disturbances*” (Smith, 1776, p. 186) para a economia inglesa.³ Ao fazer o balanço dos benefícios das colônias para a Europa, ele aponta o aumento da diversidade de bens e a expansão do mercado (*op. cit.*, p. 223). Por sua vez, as distorções causadas pelas restrições ao livre comércio e os custos de proteção e manutenção das colônias as tornariam, no cômputo geral, um fardo econômico para os países europeus (*op.cit.*, p. 225).

Para os fins deste trabalho, o relevante é apresentar a oposição entre as colônias gregas e romanas. Smith lembra que a palavra latina *colonia* significava simplesmente *plantation*, enquanto a palavra grega *apoixia* remeteria a “*separation of dwelling, a departure from home, a going out of the house*” (Smith, 1776, p. 209). Ele afirma que nas colônias gregas:

3. *A riqueza das nações* foi publicada em março de 1776, quatro meses antes da independência dos Estados Unidos.

A cidade-mãe, embora considerando a colônia como uma criança, sempre merecedora de grandes favores e ajuda e, em troca, devedora de muita gratidão e respeito, a tinha na conta de uma filha emancipada, sobre a qual não pretendia absolutamente exercer nenhuma autoridade ou jurisdição diretas.⁴ (Smith, 1776, p. 209, tradução nossa).

Já nas colônias romanas, não havia qualquer interesse de ter um Estado independente. Estas foram criadas como uma forma de que os ricos de Roma tivessem acesso a novas terras. Mesmo tendo alguma autonomia legal, estas deveriam ser vistas como um tipo de *corporation*, submetidas à autoridade da cidade-mãe.

Ainda sobre as colônias romanas, ele sustenta que estas se localizaram em áreas já povoadas, cabendo poucas terras para novos colonos e sem liberdade para cuidar de seus próprios interesses (Smith, 1776, p. 2213). Com isso, o desenvolvimento econômico teria sido mais limitado. Além disso, estas colônias seriam fontes de receitas para a sede do império, enquanto isto não aconteceria com as colônias gregas.

Voltando-se para as colônias de sua época, Smith (1776) afirma que estas superaram em muito as da antiga Grécia. Apesar de, inicialmente, se assemelharem com as romanas, a distância em relação à metrópole as teria tornado mais independentes, em busca de seus próprios interesses. A colônia de uma nação civilizada em uma terra vazia ou esparsamente povoada desenvolver-se-ia com mais velocidade que qualquer outra. A razão seria que os colonos trariam não só maior tecnologia, como também as instituições europeias.⁵

Naquele momento, Smith (1776) fez a diferenciação entre as colônias espanholas e as demais. Aquelas, desde o início, teriam sido fonte de receitas para a Coroa,

4. No original: "The mother city, though she considered the colony as a child, at all times entitled to great favour and assistance, and owing in return much gratitude and respect, yet considered it as an emancipate child, over whom she pretended to claim no direct authority or jurisdiction" (Smith, 1776, p. 209).

5. Nas palavras de Smith (1776, p. 212): "The colonies carry out with them a knowledge of agriculture of other useful arts, superior to what can group up of its own accord in the course of many centuries among savage and barbarous nations. They carry out with them, too, the habit of subordination, some notion of the regular government which takes place in their own country, of a the system of laws which support it, and of a regular administration of justice; and they naturally establish something of the same kind in the new settlement." Em português, "As colônias levam consigo um conhecimento da agricultura e de outros ofícios úteis, superior àquele que pode desenvolver-se espontaneamente entre nações selvagens e bárbaras, no decurso de muitos séculos. Além disso, levam consigo o hábito da subordinação, alguma noção sobre governo regular existente em seu país de origem, sobre o sistema de leis que lhe dá sustentação e sobre uma administração regular da justiça e, naturalmente, implantam algo do mesmo tipo na nova colônia" (tradução nossa).

enquanto estas foram, em boa parte, esquecidas. O autor prossegue: as colônias espanholas talvez não tenham se desenvolvido justamente pela maior atenção que receberam.⁶ A menor liberdade dos colonos espanhóis teria sido uma das causas do seu mais lento desenvolvimento.

Ao voltar seu foco para colônias inglesas na América do Norte, Smith aponta que, apesar de as terras serem inferiores às sul-americanas, “as instituições políticas das colônias inglesas têm sido mais favoráveis ao desenvolvimento e ao cultivo dessa terra” (Smith, 1776, p. 215, tradução nossa).⁷ Primeiro, as regras de ocupação da terra teriam gerado distribuição mais equitativa, por evitar a apropriação das não cultivadas. Além disso, como a taxação do trabalho dos colonos ingleses era menor, haveria maiores incentivos para produzir e acumular (*op. cit.*, p. 2213). E, por fim, as colônias inglesas foram favorecidas também por não terem sido submetidas a restrições tão graves no comércio internacional quanto as demais nações do Novo Mundo (*op. cit.*, p. 216-220). Em suma, as colônias inglesas teriam tido melhor desempenho que as das demais nações europeias, por não serem tão “iliberais” quanto as demais.

Smith (1776) antecipa a literatura ao tratar do papel das instituições de mercado e do capital humano para as diferentes trajetórias das colônias.⁸ Apesar de este autor iniciar a análise com um esboço de tipologia das colônias, ele acaba desenvolvendo com ênfase no caráter da ocupação dado pelas diferentes potências coloniais. Em alguns momentos (Smith, 1776, p. 234), ele traça paralelos entre as colônias britânicas no Novo Mundo e as gregas da Antiguidade; e também o faz entre as colônias romanas e as de Portugal e Espanha (*op.cit.*, p. 224). Ou seja, Smith dá início a ideia de tipologia colonial, mas não a aprofunda tanto quanto os autores que se seguiram.

6. Sobre o Brasil, Smith (1776, p. 213) tem interpretação curiosa. Segundo ele, antes de terem sido encontrados metais preciosos, durante o período de esquecimento, o país teria se transformado em uma “*great and powerful colony*”.

7. No original: “*political institutions of the English colonies have been more favourable to the improvement and cultivations of this land*” (Smith, 1776, p. 215).

8. O autor mostra-se premonitório ao referir-se ao futuro das lideranças políticas das colônias da América do Norte: “*From shopkeepers, tradesmen, and attornies, they are become statesmen and legislators, and are employed in contriving a new form of government for an extensive empire, which, they flatter themselves, will become, and which, indeed, seems very likely to become, one of the greatest and most formidable that ever was in the world*” (Smith, 1776, p. 236). Em português: “De lojistas, comerciantes e advogados, transformaram-se em estadistas e legisladores, estando empenhados em conceber uma nova forma de governo para um grande império, o qual, gabam-se eles, se transformará — e parece ter muita probabilidade de transformar-se efetivamente — num dos maiores e mais formidáveis que jamais existiram no mundo” (tradução nossa).

2.2 Heeren

O historiador Arnold Herrmann Ludwing Heeren (1760-1842) é o ponto de partida para a tipologia das colônias. Ele a apresentou em seu livro *Handbuch der Geschichte des Europäischen Staatensystems und seiner Kolonien* (Manual sobre a História do Sistema de Países Europeus e suas Colônias) (Heeren, 1817).⁹ Renomado por suas contribuições em História Antiga, ele justifica o estudo das colônias pela sua importância no comércio e na própria política interna da Europa. Heeren (1817, p. 35) apresenta sua tipologia já na análise do que chama de primeiro período da formação do sistema colonial (1492-1515). A classificação estaria baseada no objetivo da instalação das colônias e seria a seguinte.

1. Colônia de povoamento (*Ackerbaukolonie*) – A tradução literal seria colônia de agricultores. Optamos por alterar o termo para manter consistência com a tradução feita por Leroy-Beaulieu (1902). Nestas, os colonos são agricultores europeus e proprietários de terra. Este tipo de colônia tenderia a tornar-se uma nação independente.
2. Colônia de exploração (*Pflanzungskolonien*) –¹⁰ O objetivo seria a exportação de produtos primários para os países europeus. Geralmente, o número de europeus seria baixo, eles não se tornariam cidadãos locais e o uso de mão de obra escravidão seria frequente. Com isto, afirma Heeren (1817), este tipo de colônia não tende a desenvolver-se como nação.
3. Colônia de mineração (*Bergbaukolonien*) – O objetivo destas seria a extração de metais preciosos. Os colonos europeus com o tempo adotariam identidades locais. Ocupariam amplos territórios, mas não tenderiam a ser muito bem-sucedidas, porque a ênfase seria apenas nas atividades de mineração e os demais empreendimentos econômicos seriam negligenciados. Mais adiante no livro, Heeren (1817) inclui as colônias espanholas na América nesta categoria.
4. Colônia mercantil (*Handelskolonien*) – Existiriam para comercializar produtos primários do interior da colônia, produtos de pesca ou artesanato das populações autóctones. Começam como entrepostos, mas, pelo uso da força e da astúcia, poderiam ocupar vastas áreas. Os europeus seriam proprietários de terra; contudo, em número pequeno, não chegariam a ter identidade local.

9. A primeira edição do livro é de 1806, mas usou-se aqui a quinta edição.

10. Novamente, a tradução mais direta teria o sentido de colônia de *plantation*. Mais uma vez, optou-se por outra tradução.

Heeren (1817) apresenta diversos pontos relevantes sobre os efeitos de longo prazo da colonização (1830). Em primeiro lugar, deixa claro que mesmo havendo diferentes objetivos em uma mesma colônia, haveria um objetivo primordial que daria o caráter geral da colonização. Além disso, ele é crítico ao afirmar que a colonização teve de início consequências adversas para ambas as partes envolvidas e – referindo-se às Índias Ocidentais e Orientais – que diferenças iniciais de ocupação geram resultados distintos no longo prazo. Mas ele também é visionário ao apontar que as colônias e os países europeus viriam a constituir sistema econômico mais amplo e com mais liberdade.

Ao tratar da América espanhola, Heeren levantou também pontos interessantes sobre o processo colonial. Ele afirma que – apesar de herdarem as leis do país de origem –, com o tempo, as leis foram se organizando com as características locais, ou, em suas palavras, com o “espírito nacional” (Heeren, 1817, p. 35). Nestas colônias de mineração, as diferenças étnicas teriam distanciado os governantes europeus da população não branca, de tal forma que um sistema de castas se formou, com as ocupações superiores reservadas aos imigrantes. Isto teria feito com que a massa do povo nestas colônias não chegasse a constituir uma só nação. Por somente se interessar no envio das riquezas minerais para a metrópole, a Coroa espanhola teria restringido a migração para suas colônias. Este ponto, sobre a natureza desigual e extrativa de certo tipo de colônia, reaparecerá nos autores que se seguem.

2.3 Roscher

Roscher (1817-1894) foi professor de história na Universidade de Göttingen, a mesma em que Heeren foi mestre. Ele era um autor afamado entre os economistas. Schumpeter o citou uma dezena de vezes em seu *History of economic analysis* (Schumpeter, 1954), na qual o aponta como uma das origens da Escola Histórica Alemã de economia. Carl Menger dedicou sua obra maior, *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* (Menger, 1968), a Roscher.

Em *Kolonien, Kolonialpolitik und Auswanderung*, Roscher (1856) disserta sobre sua tipologia colonial. Este autor mantém a estrutura de quatro classes, inspirada em Heeren (1817), mas inclui a colônia de mineração na *Pflanzungskolonien*. Em seu lugar, ele acrescenta as colônias de conquista. Como Roscher aprofunda a classificação, vale a pena apresentá-la integralmente.

1. Colônias de conquista (*Eroberungskolonien*) – Trata-se de colônias centradas na exploração dos nativos. Os colonos imigram em pequenos grupos – por período

limitado de tempo – e não almejam beneficiar-se da sua própria produção, e sim da exploração das populações locais. Não se trata da incorporação de territórios, porque, nestes casos, parcela considerável da população dominante imigra para – e cria raízes em – novas áreas. Neste tipo de colônias, os sistemas político e econômico mudariam após a conquista, mas o perfil étnico seguiria este.

Afirma Roscher (1856) que tal tipo de colônia exigiria algum desenvolvimento inicial e seria inapropriado para áreas pouco povoadas ou cultivadas. Isto porque nestas não haveria ganho na pilhagem ou até mesmo em governar os nativos. Outro requisito é que a nação dominadora deveria ser muito mais desenvolvida em termos de poder ou de educação política.

Roscher (1856) incluiu na categoria de colônias de conquista desde a dominação dos Cruzados na Palestina, até as colônias normandas na Europa e as colônias espanholas no México, no Peru, no Chile e em outras regiões da América. Em apoio à sua classificação, ele lembra que os primeiros europeus nestas regiões eram chamados de “conquistadores”. Nestas colônias de conquista, Roscher deixa claro o tom de exploração e aponta que as classes médias seriam divididas em castas para facilitar a dominação pelo povo colonizador. E nas sociedades em que isto já acontecia antes das chegadas dos europeus, o controle seria facilitado, pois bastava substituir o grupo dominante.

2. Colônias de comércio (*Handelskolonien*) – Seguindo a classificação de Heeren (1817), são os simples entrepostos comerciais instalados nas áreas em que haja produtos de interesse comercial, ou como ponto de apoio a rotas comerciais mais relevantes, ou para controlar o comércio internacional.

Os enclaves portugueses na Ásia e na África entrariam nesta categoria. Roscher (1856) deixa claro que quase todas as colônias começam como de comércio. Com o passar do tempo, haveria três destinos possíveis: a chegada da colônia pode desestabilizar o território de destino fazendo com que o enclave seja ponto de partida para a formação de um novo império. Já se a população local progredir, pode formar-se movimento nacionalista ávido por participar do comércio internacional e que repelirá a intrusão dos estrangeiros em seu território. Finalmente, o autor considera que a situação pode manter-se no longo prazo – como na costa da África –, com entrepostos preservados como postos comerciais que alcançavam o restante do território.

3. Colônias de povoamento (*Ackerbaukolonien*) – São aquelas inicialmente pouco povoadas, com clima semelhante ao país de origem dos imigrantes. Segundo Roscher (1856), os cereais precisam do mesmo tipo de solo do que as florestas, logo este tipo de colônia ocorreria em lugares que antanho foram ocupados por tal tipo de vegetação. Pela própria natureza e os períodos de cultivo, os colonos criam raízes familiares nas novas áreas. Com o tempo, a colônia transforma-se em um país

independente, um desdobramento do país-mãe. Ainda de acordo com este autor, para formar uma colônia deste tipo, é necessário fluxo constante de imigrantes, sendo desejável que o país-mãe seja populoso.

Para Roscher (1856), haveria tendência da busca de climas semelhantes. Assim, os espanhóis teriam ido para o planalto mexicano; os alemães, para áreas montanhosas; e os ingleses, para o norte da América. O autor aponta também que estas colônias tenderiam a ser mais “democráticas” – isto é, igualitárias. Os que para lá emigrariam, nem são os mais pobres sem recursos para a jornada, nem os ricos que não desejam as agruras da mudança. Ele afirma ainda que os ocupados nas tarefas rurais não têm tempo para servir um nobre ou até mesmo para sustentar a igreja. Em suma, Roscher idealiza os agricultores como pessoas honestas envolvidas no trabalho, e não em atividades perfunctórias.

4. Colônias de exploração (*Pflanzungskolonien*) – Roscher (1856) deixa claro que estas não são um subgrupo da colônia agrícola de povoamento. Trata-se de sociedades que produzem produtos de alto valor comercial para as metrópoles e intensivas em trabalho. Ele afirma que os brancos não suportariam o clima das colônias e que, portanto, é necessário usar trabalhadores nativos ou trazer escravos. Apenas um pequeno grupo de colonos vem para o país de destino. Como escravos são um ativo caro, só os mais ricos para lá iriam e não se formaria uma classe trabalhadora propriamente dita. Os imigrantes não teriam quaisquer intenções de fincar raízes e voltariam para o país de origem, após terem acumulado riquezas. Isto faria também com que eles não tivessem interesse em montar escolas ou universidades.

Segundo Roscher (1856), as ilhas do Caribe seriam a área típica das colônias de exploração; igualmente, a faixa litorânea tropical e insalubre seria apropriada para este tipo de ocupação. As ocupações espanholas do interior e das partes mais elevadas e menos quentes do continente americano, por sua vez, seriam incluídas na categoria de colônias agrícolas.

Por fim, Roscher (1856) explica que as colônias podem mudar de tipo ao longo de seu desenvolvimento. O Brasil, por exemplo, enquanto foi negligenciado pela metrópole, seria uma colônia de povoamento; depois se transformou em uma colônia de exploração. Já as Antilhas espanholas começam como colônia de conquista, passam para agrícola – após a eliminação dos nativos – e, finalmente, para colônia de exploração. Não há, portanto, para Roscher, *path dependency* que determine os destinos das novas áreas.¹¹

11. Na verdade, ao finalizar sua tipologia, Roscher (1856) acrescenta ainda as curiosas *Kulturkolonien*, quando o governo de um povo pouco educado convida a elite cultural de uma nação mais desenvolvida. Os soberanos russos, a partir de Ivan III, teriam tido tal prática.

2.4 Leroy-Beaulieu

A *Encyclopedia Britannica* apresenta Pierre Paul Leroy-Beaulieu (1843-1916) da seguinte maneira: “pode ser considerado como o principal representante na França da economia política ortodoxa, e o mais proeminente oponente do protecionismo e das doutrinas coletivistas”.¹² (Chisholm, 1911, p. 485, tradução nossa).

Com produção intelectual diversa, Leroy-Beaulieu foi defensor da expansão colonial francesa e seu *De la colonisation chez les peuples modernes* (Leroy-Beaulieu, 1902) sintetiza sua posição sobre o assunto. Boa parte do livro trata de recomendações para a correta administração colonial, mas é lá também que ele apresenta a tipologia assumidamente derivada da de Roscher (1856). Segue sua classificação (Leroy-Beaulieu, 1902, p. 540-543):

- os entrepostos ou as feitorias (*comptoirs de commerce*);
- colônias agrícolas ou de povoamento (*colonies agricoles ou de peuplement*); e
- colônias de exploração (*colonies de plantation ou d'exploitation*).

Como se vê, Leroy-Beaulieu (1902) exclui as colônias de conquista de Roscher (1856), mas mantém as demais categorias. As feitorias, países como Cingapura ou Hong-Kong, são equivalentes às colônias de comércio (*Handelskolonien*) de Roscher. Ou seja, lugares localizados em rotas comerciais-chave, em que um pequeno número de europeus controla uma área relativamente rica e povoada.

Já em relação às colônias de povoamento, Leroy-Beaulieu (1902, p. 541) descreve primeiro os requisitos para sua instalação:

- as novas terras devem estar vazias ou pouco povoadas;
- o clima da colônia deve ser semelhante ao da nação colonizadora; e
- a metrópole colonial deve ser mais povoada, o suficiente a ponto de ser capaz de ter emigrantes sem se abalar.

Ele também destaca que não há necessidade de que a metrópole seja rica – ou que envie capitais –, pois o crescimento das colônias de povoamento é lento, mas será contínuo

12. No original: “may be regarded as the leading representative in France of orthodox political economy, and the most pronounced opponent of protectionist and collectivist doctrines” (Chisholm, 1911, p. 485).

e sem limite. Mais igualitárias, estas colônias seriam “*sans exception*” de caráter democrático e, cedo ou tarde, se emancipariam do país que lhes deu origem. Leroy-Beaulieu (1902) cita a Nova Inglaterra e o Canadá como exemplos de colônia de povoamento.

Por fim, as colônias de exploração seriam aquelas criadas nas terras tropicais. Estas áreas exigiriam grandes capitais para serem ocupadas e o que ele chamou de “organização artificial do trabalho”, como a escravidão, a servidão, o envio de presos, ou o sistema de Wakefield (1833).¹³ A riqueza destas colônias cresceria com tremenda rapidez, mas sujeita a crises. Além disso, a população é beneficiada de forma mais lenta, e a situação social deixa a desejar (Leroy-Beaulieu, 1902, p. 543). Além da maior desigualdade, Leroy-Beaulieu identifica também que as diferenciações sociais tendem a ser mais persistentes e a democracia, mal recebida nas colônias de exploração.

2.5 Caio Prado Júnior

A influência de Leroy-Beaulieu (1902) na obra de Caio Prado Júnior (1907-1990) não deveria ser mistério. Afinal, o próprio autor citou Leroy-Beaulieu ao tratar da colonização em sua obra mais famosa (Prado Júnior, 1959).¹⁴ Contudo, são poucos os autores que destacam este fato. Novais (1969; 1986) e, mais recentemente, Leonidio (2013) são as exceções por discutirem a leitura e a adequação da tipologia do economista francês à obra de Caio Prado Júnior. A maior parte da historiografia brasileira ignorou esta influência e assumiu que este autor era o criador dos conceitos de colônia de povoamento e exploração.

De início, Prado Júnior (1959) mostra-se efetivo seguidor de Leroy-Beaulieu (1902), ao lembrar que – logo após o descobrimento – não haveria como instalar colônias de povoamento, porque a Europa ainda não tinha se recuperado das perdas populacionais

13. A Austrália, curiosamente, foi classificada por Leroy-Beaulieu (1902) como colônia de exploração pela sua vocação para a exportação de lã. Wakefield (1833) foi o influente defensor da instalação de colônias de povoamento britânicas na Oceania e no Canadá, mediante esquema que envolvia a fixação de preços artificialmente altos para o acesso a terra. Ele foi um dos precursores – como o próprio Domar (1970) afirmou – da tese da incompatibilidade entre trabalho livre, abundância de terra e senhores de terra: “Onde a terra é muito barata e os homens são livres, onde qualquer um que quiser pode obter uma terra para si mesmo, não apenas o trabalho é caro, em relação à parcela do trabalhador no produto, mas a dificuldade é obter trabalho em qualquer preço.” (Wakefield, 1833, p. 247, tradução nossa). Leroy-Beaulieu considera que o esquema de Wakefield era uma forma de garantir artificialmente a mão de obra abundante para os “*capitalistes*”. Marx dedica um capítulo inteiro de *O capital* para criticar e ironizar o esquema de Wakefield (Marx, 2006, p. 383-392).

14. Leroy-Beaulieu (1902) tinha amplo alcance para os intelectuais brasileiros da época. Gilberto Freyre também o cita em *Casa grande e senzala* (Freyre, 1933).

decorrentes da peste negra. No caso brasileiro, ele lembra que seria impossível que Portugal povoasse o território, dada sua pequena população.¹⁵

Prado Júnior (1959, p. 27-30) apresenta, então, sua leitura das categorias de colônias divulgadas por Leroy-Beaulieu (1902). Haveria aquelas zonas temperadas, como no norte da América, em que a ocupação teria se dado por motivos não relacionados ao projeto colonial. Em suas palavras, estas áreas receberam por dois séculos os “resíduos das lutas político-religiosas da Europa” e também os excedentes populacionais da Inglaterra. As colônias de povoamento, naquela época, seriam o resultado de “circunstâncias especiais” sem uma lógica econômica clara. Seriam sociedades semelhantes à sua origem, que se tornariam “pouco mais que simples prolongamento” do continente Europeu (Prado Júnior, 1959, p. 27).

Nas áreas tropicais (as colônias de exploração), os europeus voluntariamente só iriam para comandar o trabalho de outros, quer nativos, quer escravos africanos (Prado Júnior, 1959, p. 27). Como colônia de exploração, tudo no Brasil seria montado com o intuito de fornecer produtos para o comércio. Em termos dramáticos, ele diz:

se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco e outros gêneros, mais tarde ouro e diamantes, depois, algodão e em seguida café para o comércio europeu. Nada mais do que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção às considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e economias brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: estrutura, bem como as atividades do país (Prado Júnior, 1959, p. 31-32).

Esse seria o sentido da evolução brasileira para Caio Prado Júnior. Como colônia de exploração, o mercado interno não importaria e tudo estaria voltado para o setor externo da economia, até mesmo após a Independência. Para cumprir seu papel, instala-se no Brasil o trinômio: latifúndio, escravidão e monocultura. Isto limitaria decisivamente o desenvolvimento posterior da economia brasileira.

Caio Prado Júnior (1942, p. 30) identifica as diferentes trajetórias entre as colônias de povoamento e exploração. Enquanto uma é continuação do país de origem, outra seria uma sociedade nova, em que tudo estava montado para fornecer produtos para o comércio.

15. Nas palavras de Cameron (1993, p. 142), o império português era “*spread too thin*”.

E o que determinaria a instalação de colônias de povoamento ou de exploração no Novo Mundo? Além da já citada disponibilidade de população, o clima, para Caio Prado Júnior (1942), condicionaria a escolha. Porém, ele relativiza a suposta impossibilidade de adaptação do europeu ao clima tropical. Ele afirma que há falta de predisposição, mas – talvez baseado na experiência brasileira – que isto poderia ser resolvido nas gerações subseqüentes por um “novo processo de adaptação”. De um lado, ele reconhece que os trópicos foram barreira evidente ao homem branco, de outro, lembra que até mesmo nas zonas temperadas da Nova Inglaterra houve problemas de adaptação.¹⁶

Há dois pontos que valem a pena realçar. Ao aplicar a tipologia em questão para o Brasil desde o descobrimento, Caio Prado Júnior a adapta para momento histórico distinto do que Leroy-Beaulieu (1902) se referia. Este pensava seu esquema para o século XIX, e Caio Prado Júnior o aplicou para o antigo sistema colonial. Finalmente, é bastante curioso que este autor, sendo marxista, tenha baseado seu esquema na classificação de um ortodoxo como Leroy-Beaulieu e utilizado, inclusive, os mesmos termos.

3 TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO: NORTH E BALDWIN

Com 35 anos, Douglass North publicou o artigo *Location theory and regional economic growth*, no *Journal of Political Economy* (North, 1955). Este se tornou um clássico da área de economia regional por questionar o consenso da época sobre as “áreas novas”. A posição hegemônica, de inspiração smithiana, afirmava que a primeira fase do desenvolvimento regional se dava a partir de economias de subsistência. Com seu crescimento, as atividades comerciais e de transportes surgiam, bem como uma indústria incipiente ligada à atividade primária. Na continuidade do processo, a industrialização aconteceria. Por fim, a economia terceirizar-se-ia e a região passaria a ser exportadora de produtos, capitais e mão de obra.

North (1955) afirma que essas etapas não refletem a experiência histórica. Os Estados Unidos teriam sido ocupados como empreendimento capitalista, voltado não para a subsistência, mas para o mercado externo. As exportações seriam, assim, o fator motivador de ocupação e responsável pela instalação dos sistemas comerciais,

16. Ver Mann (2013), para as dificuldades dos primeiros colonos na América do Norte.

bancários e de transporte. O autor argumenta também que o sucesso da base exportadora regional seria reforçado por melhorias na estrutura urbana, treinamento de mão de obra e acumulação de capital na região. Com as condições apropriadas, o mercado interno desenvolver-se-ia e estes sistemas seriam utilizados para a diversificação e talvez para a industrialização da região.

Em artigo publicado quatro anos depois, North (1959) reconhece que seu *paper* anterior estava incompleto. A ampliação da base exportadora seria condição necessária, mas não suficiente para o crescimento regional. Tudo dependeria da função de produção do produto de exportação. Este autor atribui a Robert Baldwin (1924-2011) a atenção para a importância da questão tecnológica envolvida na produção do bem exportado.

Baldwin (1956) constrói um exemplo bastante simplificado, com duas economias idênticas, mas com condições naturais distintas. Uma seria extensiva e a outra, não extensiva. Nas regiões propícias para a produção extensiva, teriam notáveis rendimentos crescentes no setor primário, o que torna ótima a produção em grandes propriedades, por exigir muitos trabalhadores e conhecimentos administrativo e técnico para sua gerência eficiente. Ainda de acordo com o autor, as economias cujo produto de exportação é extensivo são, desde o início, desiguais. Os muitos trabalhadores pobres e poucos qualificados, pelas próprias características da região, teriam sua mobilidade econômica restrita. Já os poucos e dispersos proprietários de terra da região reinvestiriam os lucros na mesma atividade. A carência de capacidade tecnológica e empresarial restringe o desenvolvimento empresarial. Enfim, a despeito de sua base exportadora crescer, a concentração de renda manter-se-ia, bem como o caráter exportador de produtos primários (Baldwin, 1956, p. 358).

Como esperado, a situação seria oposta na produção não extensiva. A produção seria eficiente em escala familiar, e a exigência de capital para o tamanho ótimo da unidade produtiva, pequena. A distribuição mais igualitária de renda geraria maior demanda por bens e serviços, que criaria oportunidades lucrativas nas atividades comerciais e industriais. Ainda de acordo com Baldwin (1956, p. 360), o resultado seria crescimento mais rápido e equilibrado nesta área não extensiva.

North (1959) adota a divisão de Baldwin (1956) entre sociedades com setores primários extensivos *versus* intensivos e aponta outras consequências. Ele afirma que nas sociedades desiguais (extensivas) os proprietários de terra não apoiariam gastos públicos em favor da educação, quando comparadas com as mais igualitárias. Nesta produção

extensiva, North sustenta, a infraestrutura de transporte poderia levar ao desenvolvimento de poucos centros de coletas e exportação de bens, o que conduziria a, no máximo, uma indústria subsidiária ao produto exportado. No livro *The economic growth of the United States: 1790-1860* (North, 1961), o autor aplica este esquema analítico para analisar o desenvolvimento das regiões sul, oeste e noroeste dos Estados Unidos.

Assim, poder-se-ia dizer que, para North (1959) e Baldwin (1956), haveria outra loteria de *commodities* institucional, para utilizar o termo de Diaz-Alejandro (1984) em outro contexto.¹⁷ O sorteio estaria relacionado diretamente à função de produção do produto da base exportadora: se a produção for intensiva, o prêmio é uma sociedade igualitária e dinâmica; caso contrário, o triste destino é a desigualdade e o atraso econômico.

Não foi encontrada nenhuma referência em North (1955, 1956 e 1959) e Baldwin (1956) aos autores já citados. Ao que parece, a tese foi desenvolvida independentemente pelos autores europeus do século XIX e os norte-americanos do XX. É interessante notar que North ainda não havia publicado seus trabalhos institucionais importantes, que o levaram a ganhar o prêmio Nobel em 1993. Mesmo assim, fica claro que ele já tinha intuição de que as condições iniciais de ocupação determinariam as instituições e o futuro das novas áreas.

4 NEOINSTITUCIONALISTAS

4.1 Engerman e Sokoloff

Stanley Engerman (1936-) e Kenneth Sokoloff (1952-2007) foram membros destacados da revolução cliométrica. Engerman publicou o clássico *Time on the cross*, com o ganhador do Prêmio Nobel Robert Fogel (Fogel e Engerman, 1974), o qual orientou Sokoloff no seu doutorado em Chicago. Engerman e Sokoloff (1997) escreveram *Factor endowments, institutions, and differential paths of growth among: New World economies*, quando as explicações institucionais-históricas para o desempenho das nações, como North (1973; 1990), já estavam consolidadas. Contudo, esta literatura tenderia a comparar os desempenhos das ex-colônias de acordo com a potência colonial de origem.

17. O economista cubano chamou de loteria de *commodities* o fato dos destinos dos países da periferia dependerem de características geográficas do produto de exportação e da integração específica com a economia mundial.

Est e enfoque não consegue explicar as diferenças de *performance* entre países do Novo Mundo que compartilharam a potência colonial. Engerman e Sokoloff (1997) buscam examinar, assim, os determinantes das próprias instituições e, com isto, voltam-se para o papel das dotações de fatores. Em relação à literatura anterior, estes autores citam Baldwin (1956) como um dos que argumentou que tais dotações têm impacto de longo prazo. A inovação do *paper* seria, assim, o detalhamento de como as experiências díspares das colônias europeias – via instituições – impactaram o curso do desenvolvimento das sociedades.

Engerman e Sokoloff (1997, p. 272-274) apresentam três tipos de colônias.

1. Colônias com climas e solos bons para a produção de culturas agrícolas de alto valor no mercado internacional. Os ganhos de escala nas *plantations* e a mão de obra de cativos africanos conduziram a sociedade com distribuição desigual de riqueza e capital humano. Esta situação inicial gerou instituições “ruins”, que perduraram até mesmo depois da abolição da escravidão. Nesta categoria, estariam os países produtores de açúcar, como Brasil, Cuba e as demais ilhas caribenhas.
2. Colônias com grandes populações de nativos que sobreviveram ao contato com os europeus e onde instituições extrativas foram instaladas ou adaptadas. São as colônias espanholas em que a prática da *encomienda* levou à extração de recursos ou de tributos da população local. Mesmo sem economias de escala típicas do *plantation*, gerou-se sociedades tão desiguais quanto as do padrão anterior: instituições excludentes em que os nativos tiveram dificuldades de fugir dos pagamentos para as elites – etnicamente distintas.
3. Regiões com poucos nativos e condições naturais sem vantagens comparativas para produtos com economias de escala. Sem maior interesse das metrópoles colônias, com terra abundante e pouca necessidade de capital, estabeleceu-se sociedade com muitos proprietários livres. O caso típico seriam as regiões da América do Norte.¹⁸

Os dois primeiros tipos de colônias são inicialmente desiguais e com instituições extrativas voltadas à proteção das elites e à manutenção desta desigualdade. Seriam, portanto, equivalentes às colônias de exploração. Já as do último tipo seriam as colônias de povoamento de Heeren (1817) e Roscher (1856) e Leroy-Beaulieu (1902).

18. A Argentina poderia também ser incluída nessa classe, pois não possui terras apropriadas para o açúcar, mas sim para os grãos. A desigualdade manteve-se graças à criação de gado no pampa (Engerman e Sokoloff, 1997).

Engerman e Sokoloff (1997) consideram que as diferenças nas dotações de fatores entre as colônias acabam se tornando endógenas com o passar do tempo. Quando as colônias de exploração foram instaladas, as políticas mercantilistas de fato estariam voltadas a beneficiar as metrópoles. Até mesmo após a independência, os países preservariam suas instituições, quer pela própria dificuldade de alterá-las, quer porque as elites locais já haviam se entrincheirado.

No tocante à estrutura fundiária, Engerman e Sokoloff (1997) reconhecem que a função de produção é relevante, mas lembram que a concentração da propriedade da terra pode destoar da do tamanho das fazendas em operação. Arrendamento ou meação permitiriam que isto seja possível. Mesmo assim, os dados sugerem que a estrutura inicial concentrada de posse conduziria a políticas de acesso à terra que perpetuariam a desigualdade (Engerman e Sokoloff, 1997, p. 277). Em suma, a estrutura social das *encomiendas* gerou *haciendas*, que criaram instituições voltadas para as elites.

A política de imigração entre as colônias de povoamento e exploração também teria sido discrepante. De início, enquanto a Inglaterra apoiava a emigração de sua população para o Novo Mundo, a Espanha restringiu – com apoio dos que já tinha emigrado – os movimentos para suas colônias. No primeiro caso, uma população mais diversa teria cruzado o Atlântico; no segundo, foram os parentes dos que já lá estavam. Só após a independência das colônias espanholas, estas restrições foram canceladas, mas, naquele momento, a atratividade dos países da América do Norte já era maior para os imigrantes europeus.¹⁹ Assim, nas colônias de exploração, quer aquelas com uso intensivo de mão de obra nativa, quer aquelas em que se recorreu ao escravo africano, as elites europeias conseguiriam distanciar-se e preservar seus privilégios. Para Engerman e Sokoloff (1997), nas colônias de povoamento, a política mais aberta de acesso à terra teria atraído grandes contingentes de trabalhadores. Isto ensejou instituições que promoveram a participação de maiores segmentos da população no mercado, o que – no longo prazo – garantiu o desenvolvimento destas sociedades.

A endogeneidade da dotação de fatores no longo prazo é a principal contribuição de Engerman e Sokoloff (1997). De início, as características naturais indicam o produto

19. Além disso, naquele momento, os imigrantes vindos da Europa não ibérica teriam já um capital humano maior que os que se dirigiram para a ibero-américa (Engerman e Sokoloff, 1997, p. 279).

a ser cultivado. Isto determina a escola ótima de produção, que, por sua vez, influencia a estrutura fundiária e a composição da mão de obra. Estes elementos ensejam as condições políticas que determinam as próprias instituições e as normas de acesso à terra, imigração e uso da mão de obra. Dessa forma, tem-se o mecanismo de *path dependency* institucional que gera as trajetórias divergentes das economias do Novo Mundo.

O momento decisivo para tal divergência entre as ex-colônias teria sido a industrialização. Segundo Engerman e Sokoloff (1997, p. 286-287), a maior igualdade nos Estados Unidos esteve associada a renda *per capita* maior, que criou um mercado para produtos industriais padronizados. Do lado da oferta, a maior igualdade – com ampla rede de pequenos negócios – teria promovido os desenvolvimentos físico e institucional do sistema financeiro e de transportes, bem como o desenvolvimento inovador que possibilitou a industrialização acelerada no século XIX na América do Norte. Enquanto isso, nas antigas colônias de exploração, tais mecanismos estiveram ausentes por muito mais tempo.

4.2 Acemoglu, Johnson e Robinson

O impacto de Acemoglu, Johnson e Robinson (2001; 2002) foi enorme. Não parece exagero afirmar que o artigo fez com que a história econômica se transformasse novamente em área atrativa para economistas acadêmicos. O criativo uso da econometria contemporânea – com estimação via variáveis instrumentais, para o tema do desenvolvimento no longo prazo – fez com que o *paper* fosse ensinado e inspirasse toda uma sequência de trabalhos publicados nas mais prestigiosas revistas.²⁰ A reputação e as credenciais acadêmicas dos pesquisadores talvez tenham contribuído para o sucesso do artigo: Acemoglu (1967-) ganhou a medalha John Bates Clark e – hoje – é o sexto economista mais citado no mundo, Simon Johnson (1963-) era professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e Robinson (1960-), em Berkeley.²¹

Essencialmente, os artigos em questão são testes econométricos da tese *colônia de povoamento versus exploração*. Tal como os que os antecederam, Acemoglu, Johnson e Robinson (2001, p. 1.370) apontam que tipos diferentes de colonização geraram

20. A busca no Google por arquivos formato pdf que contenham *syllabus reversal of fortune acemoglu* gera 850 referências. Ambos os artigos contam com mais de dez mil citações no Google Scholar, segundo buscas feitas em fevereiro de 2015.

21. James Robinson hoje é professor em Harvard.

instituições que persistiram no longo prazo. De um lado, haveria os *extractive states*, cujo objetivo era transferir o máximo possível de recursos da colônia para a metrópole. Do outro, estariam aquelas colônias que reproduziam as instituições europeias, com garantias para a propriedade privada e os governos não extrativos (*institutions of private property*). Esta diferença inicial permaneceu no longo prazo e teria sido responsável pelas atuais diferenças de renda entre os países.²²

Pela própria natureza e metodologia do trabalho de Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), eles não detalham os mecanismos que teriam feito com que a reversão das instituições restringisse o crescimento econômico. De qualquer forma, concordam com Engerman e Sokoloff (1997, p. 286-287): a industrialização foi nevrálgica para as trajetórias dos dois tipos de sociedade. Como tratam dos países do globo onde conseguiram dados, o nível de análise é mais geral, sem atentar para os meandros do processo ou as idiossincrasias.

O esquema de causalidade é simplificado: parte-se da mortalidade potencial do colono para o desempenho atual; e o elo seriam as instituições.²³ Um ambiente natural patogênico mais receptivo aos colonos europeus tenderia a atrair colônias de povoamento. Já aquelas com ambiente mais refratário, medido pela mortalidade potencial do colono europeu, tenderia a incentivar a instalação de instituições extrativas. Ou seja, a chave seria muito mais as condições da colônia que os interesses ou as capacidades da metrópole.

Em Acemoglu, Johnson e Robinson (2002), o argumento é um pouco diferente do trabalho anterior dos autores. Além da questão da mortalidade, os autores destacam o papel da densidade populacional. Nas regiões mais densas – ou seja, relativamente mais ricas no século XVI –, os europeus tenderam a instalar instituições extrativas. Grandes populações possibilitavam a utilização de trabalho cativo ou a taxação das populações nativas.²⁴ Já nas áreas que eram pobres e pouco ocupadas, houve grande imigração europeia e reproduziram-se instituições pró-mercado, não extrativas.

22. Os autores reconhecem que o argumento é relacionado com o de Engerman e Sokoloff (1997), mas – corretamente – apontam que estes teriam enfatizado a relação instituições-dotação de fatores-desigualdade (Acemoglu, Johnson e Robinson, 2001, p. 1373).

23. Os próprios autores admitem que as instituições são uma “caixa preta” nas suas teses (Acemoglu, Johnson e Robinson, 2001, p. 1395).

24. Acemoglu, Johnson e Robinson (2001; 2002) ressaltam que a pobreza relativa das colônias de exploração não decorre do envio direto de recursos para a metrópole. Com isso, eles se afastam das teorias que enfatizam a espoliação da periferia.

Haveria, assim, a reversão institucional: os europeus teriam levado instituições que garantiam a propriedade privada nas regiões que eram pobres; enquanto, nas que eram ricas em 1500, os recém-chegados introduziram ou preservaram as instituições extrativas. Mais uma vez, no longo prazo, a diferença institucional entre as áreas de colonização europeia (de povoamento) e as áreas com instituições extrativas (de exploração) teria sido responsável pela inversão das rendas *per capita* dos países colonizados pelos europeus entre 1500 e 2000.

5 UMA VISÃO GERAL

5.1 Quadro comparativo

No quadro 1, tem-se visão comparativa das diferenças entre os autores sob escopo no tocante às colônias de exploração. Claro que estes são distintos em muitas outras dimensões; foram selecionadas aquelas mais relevantes para o presente fim e simplificações foram necessárias. Optou-se por deixar de fora as visões de Smith (1776) e Heeren (1817). O autor escocês, conforme se viu, utilizou dicotomia distinta, baseada nas categorias da Antiguidade e – ao tratar das colônias de sua época – voltou-se para a questão das diferenças entre os países colonialistas. Seria imprudente resumir ou encaixar as considerações de Smith em um quadro comparativo. Já Heeren, apesar de ser sem dúvida influência decisiva na classificação de Roscher (1856), não ofereceu os elementos para preencher todas as células. Agregou-se, no caso de Roscher, as colônias de *plantation* – ou exploração, as *Pflanzungskolonien* – às de conquista (*Eroberungskolonien*), tal como fez Leroy-Beaulieu (1902), por motivos de síntese.

Na questão dos determinantes da ocupação – desde Roscher (1856), ou até mesmo Heeren (1817) –, o clima surge como condicionante do tipo de colônia a ser criada. O primeiro, conforme se viu, tratou até da importância da salubridade para os europeus imigrantes. Nesta mesma questão, Roscher (1856), Leroy-Beaulieu (1902) e Prado Júnior (1942), lembram que, por vezes, as metrópoles coloniais não teriam tanta margem de manobra. Com pequena população, na prática, por exemplo, Portugal não poderia estabelecer uma colônia de povoamento no Brasil. Para o estabelecimento de colônias de povoamento, os demais atentam para a interação entre recursos naturais e as características tecnológicas dos produtos de exportação.

QUADRO 1
Comparação das colônias de exploração

Autor	Determinantes do tipo de colônia	Impacto inicial	Impacto posterior	Espoliação pela elite interna	Exploração pela metrópole
Roscher (1856), (Eroberungskolonien e Pflanzungs kolonien)	Climáticos, geográficos e populacionais – da metrópole	Desigualdade e exploração	Econômico/institucional	Não há elite interna	Sim
Leroy-Beaulieu (1902)	Climáticos, geográficos e populacionais – da metrópole	Desigualdade	Econômico/institucional	Sim	Não
Prado Júnior (1942)	Climáticos, políticos e populacionais – da metrópole	Exploração	Econômico	Sim	Sim
North (1959) e Baldwin (1956)	Tecnológicos	Desigualdade	Infraestrutura/econômico/capital humano	Não	Não
Engerman e Sokoloff (1997)	Dotação de fatores/tecnológicos	Desigualdade	Institucional	Sim	Sim – antes da independência/não
Acemoglu, Johnson e Robinson (2001; 2002)	Climáticos/mortalidade dos europeus	Institucional	Institucional	Sim	Sim – antes da independência/não

Elaboração dos autores.

A coluna dos *mecanismos iniciais* sintetiza qual seria o impacto inicial perverso da instalação das colônias de exploração. Em geral, o pecado original é a desigualdade. Apenas Prado Júnior (1942) diz que há problema em ter uma economia sem mercado interno, e Acemoglu, Johnson e Robinson (2001; 2002) afirmam que as instituições extrativas já são o entrave inicial.

Já no tocante ao mecanismo de manutenção do atraso, a diferença entre os autores é mais marcante. Para Roscher (1856), o problema é que nem se chega a ter uma elite nacional nas colônias. Como o interesse dos europeus é apenas explorar e retornar ao país de origem, não trazem efeitos benéficos para a sociedade colonial. Leroy-Beaulieu (1902), mesmo sem detalhar, faz referência a dois problemas das colônias de exploração: a maior tendência a crises e a falta de espírito democrático. Para Prado Júnior (1942), a carência de processo de acumulação interno e a espoliação estrangeira restringem o crescimento destas colônias. North (1959) e Baldwin (1956) têm o mérito de apresentar os mecanismos econômicos de forma mais cuidadosa. Eles concordam que a maior desigualdade seria mantida via processos econômicos: a renda concentrada reduziria a demanda por bens localmente produzidos, além da falta de diversificação, de infraestrutura adequada e de capacidade empreendedora. North, como se viu, acrescenta que – na economia extensiva – os gastos em educação pública seriam menores e também a infraestrutura menos desenvolvida, o que prejudicaria o crescimento de longo prazo. Em seu turno, os autores contemporâneos recorrem a mecanismos institucionais para explicar como os efeitos das colônias

de exploração se mantêm. Engerman e Sokoloff (1997) aprofundam a análise dos meandros deste processo, ao perceberem que as instituições extrativas tornam endógena a própria dotação de fatores. Por fim, Acemoglu, Johnson e Robinson (2001; 2002) mantiveram nível de análise mais geral sobre os mecanismos institucionais envolvidos e testaram econometricamente as conjecturas que seus antecessores não poderiam fazer.

Sobre a espoliação pela elite interna ou externa, também há ampla gama de visões. Em Roscher (1856), como não há propriamente elite interna, a exploração é externa. North (1959) e Baldwin (1956), por sua vez, tratam de regiões, e não países, e, portanto, é questionável diferenciar entre setor externo ou interno. De qualquer forma, a espoliação não é uma de suas preocupações. Os demais autores concordam que quer pelo uso de mão de obra cativa, quer pelas instituições extrativas, a elite local é beneficiada nas colônias de exploração.²⁵

Os neoinstitucionalistas também admitem que o objetivo inicial das colônias desse tipo era basicamente o benefício das metrópoles. Após a independência dos países do Novo Mundo, as instituições extrativas já existentes passam a funcionar em favor das elites locais e não se faz referência à espoliação externa.

5.2 Uma reflexão

Quem criou a ideia de que o tipo de colonização importa para o futuro das sociedades? O fio que liga Heeren (1817), Roscher (1856), Leroy-Beaulieu (1902) e Prado Júnior (1942) é inquestionável. Já a linha de North/Baldwin até os autores recentes não é tão explícita. Engerman e Sokoloff (1997) citam Baldwin (1956) e, muito provavelmente – por estarem na mesma tradição –, foram influenciados por North (1959). Não há sinais, por sua vez, de que a tradição europeia e a norte-americana tenham se cruzado.

Seria a dicotomia colônia de povoamento e exploração, uma daquelas ideias – como o conceito de capital social (Farr, 2004) – descoberta e redescoberta a cada geração? Isto pode ser verdadeiro; afinal, trata-se de conjecturar a partir de realidade histórica que está à disposição de todos os pesquisadores. Eles observam o resultado do processo e atribuem as disparidades de desenvolvimento a um pecado original ocorrido no passado remoto. De acordo com esta visão, cedo ou tarde, pesquisadores independentes chegariam a conclusões semelhantes.

25. Para Prado Júnior (1942), existe exploração interna, mas o peso maior está na espoliação externa pelos impérios coloniais.

Pensando-se na evolução do pensamento econômico recente, também é algo previsível que os autores da linha norte-americana não tenham sido influenciados pelos europeus. Ao longo do século XX, o epicentro da pesquisa econômica afastou-se da Europa continental e foi na direção do Reino Unido e depois para os Estados Unidos. Este triunfo da teoria econômica anglófona teve como efeito colateral o esquecimento de algumas contribuições relevantes de outros autores.²⁶

É surpreendente que, hoje, a miríade de pesquisadores preocupados com a questão do desenvolvimento econômico cite apenas os autores mais recentes e ignorem as contribuições anteriores. Destacam Acemoglu, Johnson e Robinson (2001; 2002) e omitem seus antecedentes, mesmo os mais próximos. Fonseca (1996) refere-se à “falácia anacrônica” na história do pensamento econômico – ou seja, a ideia de que os autores do passado seriam como primeiros rascunhos das teorias contemporâneas. Bastaria, assim, ler os autores atuais. Ao que parece, os pesquisadores coetâneos acreditam tanto na “falácia anacrônica” que creem ser suficiente citar Acemoglu, Johnson e Robinson (2001; 2002) como os criadores da tese que relaciona a colonização e o destino das sociedades.

De qualquer forma, a tese *colonização importa* é bem-sucedida no mercado de ideias. Por que? David Landes (1990) apontou que as explicações para a riqueza e a pobreza das nações podem ser reunidas em dois tipos. Uma diz que as ricas são trabalhadoras, bem-educadas, governadas e eficientes; a outra, que as ricas o são por terem explorado os inocentes, virtuosos e vulneráveis países pobres. Talvez o sucesso da tese colônias de exploração *versus* colônias de povoamento venha do fato de que esta pode – sem muita dificuldade – ser inserida em qualquer uma das narrativas citadas por Landes. Uns podem enfatizar que os países novos ricos tiveram sorte de terem as colônias “certas” e, portanto, as instituições pró-crescimento. A ênfase neste caso está nas regras pró-mercado e democráticas que lá se desenvolveram. Já outros podem lembrar que as colônias de exploração foram, afinal de contas, de exploração em benefício de uma elite metropolitana e depois interna. Estes destacarão o aspecto da exploração de que foram vítimas os países hoje pobres.

26. Um caso marcante foi o da tradição regional germânica do século XIX. As relevantes contribuições de Thünen (1826) passaram mais de cem anos praticamente esquecidas pelos economistas do mundo acadêmico anglófono.

Em outras palavras, a tese em questão é como espelho que reflete mais as crenças dos que o miram que um quadro definitivo, com conteúdo rígido. Em um extremo, os economistas pró-mercado consideram que o pecado original das ex-colônias de exploração é a falta de instituições de mercado. No outro, a marca indelével de ter sido explorado quando colônia é ser dependente e espoliado pelos países ricos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mostrou-se que a tese de que o tipo de colônia determina o futuro dos países foi abraçada por autores bastante díspares ao longo dos séculos. A proposição – com modificações – foi adotada por membros da Escola Histórica Alemã, ortodoxos liberais franceses, marxistas, cliometristas e estrelas acadêmicas contemporâneas.

Apesar de Smith (1776) ter apresentado a primeira dicotomia da colonização, apontou-se que a origem da tipologia deve ser atribuída ao historiador alemão Heeren (1817), no começo do século XIX. Este influenciou seu conterrâneo Roscher (1856) e o francês Leroy-Beaulieu (1902). No século XX, Prado Júnior (1942) baseou-se neste último para buscar o sentido da história brasileira. Na década de 1950, surge o eixo norte-americano com os historiadores econômicos North (1959) e Baldwin (1956), que – mesmo sem apresentar evidências quantitativas – modernizaram a tese, ao utilizarem conceitos da teoria econômica da época. Engerman e Sokoloff (1997) detalharam os meandros dos mecanismos que fariam com que as instituições das colônias de povoamento e as de exploração fossem distintas e condicionassem o futuro das nações. Acemoglu, Johnson e Robinson (2001; 2002), finalmente, utilizaram a moderna econometria e foram bem-sucedidos ao apresentar a tese para um público acadêmico bem mais amplo que os historiadores econômicos.

Argumentou-se também que o sucesso da tese em questão para públicos tão diversos decorre da sua plasticidade. Enquanto uns atribuem o atraso das ex-colônias de exploração à falta de instituições de mercado, outros focam na espoliação por uma elite interna ou externa. É importante notar que esta plasticidade da tese em relação às posturas ideológicas não depõe, obviamente, a favor de – nem contra – sua validade. Esta é questão empírica, e não da história das ideias. Discutir se de fato o futuro do Novo Mundo foi definido pelo tipo de colonização, e qual foi o mecanismo preciso, foge muito do alcance deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. The colonial origins of comparative development: an empirical investigation. **The American Economic Review**, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/IXgLcw>>.

_____. Reversal of fortune: geography and institutions in the making of the modern world income distribution. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 117, n. 4, p. 1231-1294, Jan. 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/HLqzDI>>.

BALDWIN, R. E. Patterns of development in newly settled regions. **The Manchester School**, v. 24, n. 2, p. 161-179, 1956. Disponível em: <<http://goo.gl/YO05V8>>

CAMERON, R. E. **A concise economic history of the world: from paleolithic times to the present**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependency and development in Latin America**. Oakland: University of California Press, 1979.

CARVALHO FILHO, I.; MONASTERIO, L. Immigration and the origins of regional inequality: government-sponsored European migration to southern Brazil before World War I. **Regional Science and Urban Economics**, v. 42, n. 5, p. 794-807, set. 2012.

CHISHOLM, H. **The Encyclopedia Britannica: a dictionary of arts, sciences, literature and general information**. London: Encyclopaedia Britannica Company, 1911.

DIAZ-ALEJANDRO, C. Latin America in the 1930s. *In*: THORP, R. (Ed.). **Latin America in the 1930s: the role of the periphery in world crisis**. New York: St. Martin's Press, 1984. v. 2.

DOMAR, E. D. The causes of slavery or serfdom: a hypothesis. **The Journal of Economic History**, v. 30, n. 01, p. 18-32, mar. 1970.

ENGERMAN, S.; SOKOLOFF, K. Factor endowments, institutions, and differential paths of growth among new world economies: a view from economic historians of the United States. *In*: HABER, S. **How Latin America Fell Behind**. Stanford CA: Stanford University Press, 1997.

FARR, J. Social capital a conceptual history. **Political theory**, v. 32, n. 1, p. 6-33, 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/nxR8qj>>.

FERNANDES, M. **Formação econômica do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

FILHO, I. de C.; MONASTERIO, L. Immigration and the origins of regional inequality: government-sponsored European migration to southern Brazil before world war I. **Regional Science and Urban Economics**, v. 42, n. 5, p. 794-807, Sept. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/XFT93S>>.

- FOGEL, R.; ENGERMAN, S. **Time on the cross**. Boston: Little, Brown & Co., 1974.
- FONSECA, E. G. D. Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico. **Estudos Econômicos**, v. 26, n. 2, p. 235-259, 1996.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1933.
- FUNARI, P. **Institutions, inequality, and long-term development**: a perspective from brazilian regions. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/dwPwhW>>
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.
- HEEREN, A. H. L. **Handbuch der geschichte des europäischen staatensystems und seiner colonien**: von der entdeckung beyder indien bis zur errichtung des französischen kaiserthrons. Gottingen: M. Lechner, 1817.
- HOBSON, J. A. **Imperialism**: a study. London: J. Nisbet, 1902.
- LANDES, D. S. Why are we so rich and they so poor? **The American Economic Review**, p. 1-13, 1990. Disponível em: <<http://goo.gl/p2Os97>>.
- LEONIDIO, A. Em torno das origens: Leroy-Beaulieu e o pensamento social brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/YqIFx0>>.
- LEROY-BEAULIEU, P. **De la colonisation chez les peuples modernes**. Paris: Guillaumin, 1902.
- MANN, C. C. **1493: uncovering the new world Columbus created**. New York: Alfred Knopf, 2013.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MENEZES-FILHO, N. *et al.* Instituições e diferenças de renda entre os estados brasileiros: uma análise histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34, 2006, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: Anpec, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/Odhijy>>.
- MENGER, C. **Gesammelte Werke**: grundsätze der volkswirtschaftslehre. Tübingen: Mohr Siebeck, 1968.
- NARITOMI, J.; SOARES, R. R.; ASSUNÇÃO, J. J. Institutional development and colonial heritage within Brazil. **The Journal of Economic History**, v. 72, n. 02, p. 393-422, 2012.
- NETO, J. M. d. S. **A retórica da colonização nos livros didáticos de história**. 2012. Tese (Mestrado) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/Kzlbbt>>
- NORTH, D. C. Location theory and regional economic growth. **The Journal of Political Economy**, p. 243-258, 1955. Disponível em: <<http://goo.gl/GAuvpn>>.

NORTH, D. C. Agriculture in regional economic growth. **Journal of Farm Economics**, v. 41, n. 5, p. 943-951, 1959. Disponível em: <<http://goo.gl/6g01Kg>>

NORTH, D. C. **Economic growth of the United States, 1790-1860**. Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1961. Disponível em: <http://goo.gl/BPxETJ>

_____. **New economic history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

_____. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NOVAIS, F. A. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4, 1969, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Anais...** São Paulo: USP, 1969. Disponível em: <<http://goo.gl/kjgOm3>>

_____. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1986.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1942. v. 1

PRADO Jr., C. P. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1959. v. 9. Disponível em: <<http://goo.gl/XpZy6A>>.

ROCHA, R.; FERRAZ, C.; SOARES, R. **Settlement colonies across plantation fields**: evidence on the relationship between human capital and long term development. MEETING OF THE BRAZILIAN ECONOMETRIC SOCIETY, 32, 2010, Salvador, Bahia. Disponível em: <<http://goo.gl/5ittft>>

ROSCHER, W. G. F. **Kolonien, kolonialpolitik und auswanderung**. Leipzig: Leipzig CF Winter, 1856.

SCHUMPETER, J. A. **History of economic analysis**. New York: Routledge, 1954.

SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of the nations**. Oxford: Oxford University Press, 1776.

THÜNEN, J. V. **Der isolierte staat in beziehung auf landwirtschaft und nationalökonomie**. Hamburg: Perthes, 1826.

VILLELA, A. O desenvolvimento econômico no Brasil pré-1945. In: Veloso, F; *et al.* (Ed.). **Desenvolvimento econômico**: uma perspectiva brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

WAKEFIELD, E. G. **England and America**: a comparison of the social and political state of both nations. London: R. Bentley, 1833.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system I**: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century, with a new prologue. San Francisco: University of California Press, 2011.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Ângela Pereira da Silva de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Leonardo Moreira Vallejo

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Pedro Henrique Ximendes Aragão

Regina Marta de Aguiar

Erika Adami Santos Peixoto (estagiária)

Laryssa Vitória Santana (estagiária)

Manuella Sâmella Borges Muniz (estagiária)

Thayles Moura dos Santos (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Diego André Souza Santos

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

**ipea****Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada****Secretaria de
Assuntos Estratégicos**